



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2011.0000206403

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0027104-60.2006.8.26.0000, da Comarca de Ribeirão Preto, em que são apelantes NILDA APARECIDA DA COSTA CHAVES, EDUARDO JOSE CHAVES, EDUARDO CRISTINA CHAVES e ELISANGELA MARIA CHAVES COSTA sendo apelados ANDRE KUTLAK, NILZA HELENA MACHADO, LUIZ CLAUDIO GONZAGA DA SILVA, AIRTON GONZAGA DA SILVA e LUCIANE LEONI GONZAGA DA SILVA.

ACORDAM, em 9ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmo. Desembargadores GRAVA BRAZIL (Presidente) e PIVA RODRIGUES.

São Paulo, 20 de setembro de 2011.

JOSÉ LUIZ GAVIÃO DE ALMEIDA

RELATOR
ASSINATURA ELETRÔNICA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

APELAÇÃO Nº 0027104-60.2006.8.26.0000

COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO

APELANTES Nilda Aparecida da Costa Chaves, Eduardo José Chaves, Elaine Cristina Chaves e Elisângela Maria Chaves Costa

APELADOS Luiz Cláudio Gonzaga da Silva, André Kutlak e Nilza Helena Machado Kutlak.

Voto nº 19668

Responsabilidade civil – Queda de viga e marquise que causou a morte da vítima – Responsabilidade dos donos do imóvel, assim como dos inquilinos, responsáveis pela reforma – Pensão mensal de um salário mínimo para os autores – Indenização por danos morais – Recurso provido.

Trata-se de ação de indenização por danos morais e materiais ajuizada por **Nilda Aparecida da Costa Chaves, Eduardo José Chaves, Elaine Cristina Chaves e Elisângela Maria Chaves Costa** contra **Luiz Cláudio Gonzaga da Silva, André Kutlak e Nilza Helena Machado Kutlak**. Diz a inicial que os réus são responsáveis pela morte do marido e pai dos autores, em razão de uma marquise de imóvel em reforma que lhes pertencia e que caiu sobre o corpo da vítima. Pediram a condenação dos réus ao pagamento de pensão mensal em valor equivalente a 75% da última remuneração percebida pelo falecido (R\$ 900,00), assim como ao pagamento de indenização por danos morais.

Citados, os réus André, Nilza e Helena denunciaram a lide aos locatários do imóvel, alegando que não são responsáveis pela reforma do bem.

O corréu Luiz Cláudio também contestou, requerendo sua exclusão do pólo passivo da demanda, pois não seria nem o proprietário nem o locatário do imóvel. Disse que o desmoronamento ocorreu por culpa exclusiva do próprio falecido.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Os denunciados Airton e Luciane, que locaram o imóvel dos réus (fls. 58) opuseram-se à denunciação da lide, entendendo-a incabível, dizendo que não contrataram os serviços da empresa do pai do falecido. Disseram que a responsabilidade pela estabilidade e estrutura do prédio locado é dos locadores, cabendo aos locatários apenas pequenos reparos se o prédio necessitar. Por fim, afirmaram que a culpa pelo evento seria da vítima.

Acrescenta-se ao relatório da sentença (fls. 347), que a ação foi julgada improcedente pelo juiz *Cláudio César de Paula* e a denunciação da lide ficou prejudicada.

Insatisfeitos, apelam os autores, insistindo no fato de que veio comprovado nos autos que o imóvel estava em mau estado de conservação e que, portanto, os requeridos devem responder pelos danos causados aos autores, que perderam ente querido. Sustentam ainda que não devem responder pela condenação decorrente da denunciação da lide a que não deram causa.

Recurso tempestivo, preparado e contrariado a fls. 380, 384 e 391.

É o relatório.

Incontroverso o fato de que o falecido e seu irmão foram contratados pelo locatário do imóvel, Luiz, para a colocação das portas de metal no imóvel que se estava sendo reformado. Instalaram as portas, mas como os mastros estavam dando defeito, decidiram retirá-lo para serem lixados. Pouco tempo depois, enquanto lixavam os mastros no chão, a marquise veio a cair sobre o corpo dos dois, causando a morte do marido e pai dos autores. Tal fato veio corroborado no Boletim de ocorrência de fls. 164.

Segundo o testemunho de José Luiz Chaves na Polícia (fls. 174):

“no dia e hora dos fatos narrados na inicial, executavam



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

serviços de conserto de porta de aço do salão comercial (...) quando em determinado momento a marquise cedeu e a parece superior desabou, caindo por sobre o declarante e seu sócio, o Elídio Chaves. (...) que o único equipamento que poderia estar sendo usado no momento, seria um capacete, mas este equipamento seria incapaz de evitar os ferimentos que causaram a morte de Elídio, haja vista que, além de se ferir na cabeça, ele também veio a sofrer traumatismos abdominal, torácico, além do craniano, e de outras fraturas. (...) que o mastro da porta em nada influencia o suporte da marquise e da parede, e o acidente ocorreu aproximadamente cinqüenta minutos após a retirada do mastro.”

O exame de corpo de delito de fls. 28 confirmou que a morte da vítima ocorreu em razão da queda da parede e da marquise de concreto do imóvel em reforma sobre os dois trabalhadores, que foram levados ao hospital.

Segundo o laudo de fls. 24, conclui-se que a reforma no imóvel se encontrava em fase final “e que ao exame encontramos a parede de sustentação do telhado na região frontal e respectiva viga de sustentação ruída, parede esta feita com liga de barro entre tijolos e telhado este com suas vigas de sustentação em mau estado de conservação, conforme fotos anexas” (fls. 25/26)

O documento de fls. 46 e seguintes comprova também que o imóvel que cedeu, ferindo e matando a vítima, pertencia aos requeridos ora recorridos há a algum tempo, tendo sido objeto de herança, o que não veio negado na contestação. Os réus apenas denunciaram a lide aos locatários do imóvel, passando Luiz Cláudio a integrar a lide porque a ele foi cedido o local e realizou a reforma do imóvel.

Em seu depoimento na Polícia, Luiz Cláudio afirmou que a reforma realizada foi pequena (fls. 182), mas, ao final, alegou que pediu para que as vítimas não usassem a talhadeira, pois “a vibração poderia ocasionar um desabamento de paredes, que é de construção antiga, e apresentava já algumas rachaduras, o que o havia levado a fazer a reforma do reboco externo do imóvel.” Admitiu que “quando os fatos aconteceram, o mastro já havia sido retirado e no chão, sendo lixado.”



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Portanto, ao que parece, as vítimas não foram os responsáveis pela queda da marquise e das paredes, como pretendem os demais fazer crer, pois o prédio já possuía problemas estruturais. A queda da parede e da marquise aconteceram quando os mastros já estavam no chão, sendo lixados.

O simples fato de ter havido o arquivamento do inquérito policial pelo Promotor de Justiça, por entender que o quadro probatório não estabelece a responsabilidade no campo penal, não exclui a responsabilização do proprietário e do responsável pela reforma do imóvel pelos danos causados em virtude de desabamento da parte estrutural do mesmo.

Luiz Cláudio, em juízo (fls. 270), contou que estava reformando o imóvel locado por seu primo e a ele cedido para montar uma sorveteria. Mas não contratou engenheiro para a realização da reforma e não sabia qual era o estado da estrutura do imóvel na ocasião: “eu não mexi na estrutura dele, eu só troquei as portas, o forro de gesso e o piso só, não mexi na estrutura e ia fazer a pintura do imóvel.”

Segundo José Luiz Chaves (fls. 284), o recorrido Luiz havia pedido que as vítimas fizessem um calçamento para o bico da laje que ficou no ar, mas eles se negaram, pois não tinham conhecimento para tal. Quando perguntaram se o calçamento havia sido feito, Luiz havia dito que sim.

Relatou que o mastro não é soldado, mas encaixado, “é a divisória da porta de aço, se a porta for pequena, não tem, se for grande se usa o mastro.” Afirmou que graças a Deus o desmoronamento somente aconteceu, mais de meia hora depois que foram retirados os mastros, e que o acidente ocorreu por causa da marquise que ficou aérea, sem a parede.

O testemunho de Elio (fls. 293) destoa dos demais, pois afirma que não havia porta no local, enquanto o próprio usuário do imóvel diz que a porta já havia sido colocada, mas estava com problemas.

Embora a testemunha Elio diga que caíram apenas uns tijolos, seu filho Thiago afirmou, a fls. 300, que “os bombeiros retiraram a viga de concreto,



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

onde atravessa o ferro, essas vigas que sustentam a construção, isso foi que vi”. No mesmo sentido, as fotos de fls. 26/27.

A testemunha Rangel Gagliardi Ubeda, a fls. 303, confirmou que havia uma laje que saía para a calçada, mas não soube dizer se a laje também desabou. No entanto, é o que indicam as fotos do imóvel, sem qualquer laje, mas com uns painéis em seu lugar (fls. 30). Parte dessa laje apontada na inicial aparece na fotografia de fls. 25.

A prova oral produzida indica que os fatos ocorreram da forma descrita na inicial e que os donos do imóvel, os locatários e o usuário do bem, responsável pela reforma, devem responder solidariamente pelos danos causados em razão do desabamento.

Não há como afastar a responsabilidade dos donos do imóvel, pois são eles responsáveis pelos danos provenientes das coisas que dele caírem ou foram lançadas em lugar indevido, de acordo com o disposto no artigo 1.529 do CC de 1916.

Se não foram cautelosos com a manutenção do bem, deixando de proceder as reformas necessárias para a conservação da estrutura, que ruiu, atingindo a vítima e causando a sua morte, devem responder pelos danos causados.

Sabendo que terceiro estava reformando imóvel de sua propriedade, já bastante antigo, deveriam verificar se ele estava tomando as medidas necessárias e adequadas para evitar desmoronamento.

A alegação de que o prédio não necessitava de reforma não lhes socorre, pois houve a queda de parte da construção, mostrando que agiram com descaso.

Os inquilinos também devem responder pelo dano causado pela reforma realizada por Luiz, sem a assessoria de engenheiro especializado e autorização da Prefeitura.

Neste sentido, a jurisprudência, em caso semelhante:

“Nos termos dos arts. 572, 1528 e 1529 do Código Civil,



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

respondem o proprietário do prédio e o arrendatário que se obrigou pela sua conservação, pelos danos causados a transeunte atingido por argamassa de cimento que se desprendeu de sacada do edifício.” (TJSP – 1ª C. – Ap. – Rel. Andrade Junqueira – RT 412/160)

Tanto os requeridos como os denunciados devem responder solidariamente pelos danos causados à vítima, que faleceu em razão da negligência e imprudência dos mesmos.

Verifica-se que a vítima trabalhava quando da ocorrência do acidente e as testemunhas dos autores afirmam que a família era sustentada pelo mesmo. Se assim é, devem receber pensão mensal equivalente ao seu salário.

Os documentos de fls. 34 e seguintes não comprovam suficientemente os rendimentos percebidos pelo falecido quando do acidente fatal. Se assim é, não podem ser usados para a fixação da indenização por danos materiais. Melhor, portanto, fixar sua indenização em valor equivalente a um salário mínimo.

A pensão é devida desde a data do evento até que os filhos da vítima completem 25 anos de idade, pois é a data em que se presume que eles constituiriam nova família. Em relação à viúva, a pensão deverá perdurar até a data em que o alimentando completaria 65 anos de idade.

“Responsabilidade civil – Acidente de trânsito – Automóvel e bicicleta – Vítima fatal – Culpabilidade do preposto – Culpa concorrente – Dano material e moral – Composição – Necessidade. Os danos materiais, consistentes em pensão mensal equivalente a 2/3 sobre meio salário mínimo, são devidos até que os menores completem 25 anos de idade, pois nesta data presume-se que constituiria nova família e a viúva até a data em que o alimentando completaria 65 anos de idade.” (Apelação sem revisão n 9146527-50.2009.8.26.0000)

Em relação à caracterização do dano moral, presume-se a dor experimentada pela família em razão da morte do ente querido. Mas mesmo assim não fosse, as testemunhas ouvidas em juízo assumiram o sofrimento suportado por todos os familiares.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Quanto à fixação do dano moral, “à falta de regulamentação específica, a jurisprudência tem-se utilizado do critério estabelecido pelo Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei n.4.117, de 27-8-1962), que prevê a reparação do dano moral causado por calúnia, difamação ou injúria divulgadas pela imprensa, dispondo que o montante da reparação não será inferior a cinco nem superior a cem vezes o maior salário mínimo vigente no país (arts. 81 e 84), variando de acordo com a natureza do dano e as condições sociais e econômicas do ofendido e do ofensor (cf. 1º TACSP, 6ª Cam., Ap. 412.831-4, Suzano; Ap. 404.563-6, São José dos Campos).

Mesmo tendo sido revogados tais dispositivos pelo Decreto-Lei n.236, de 28 de fevereiro de 1967, e editada a Lei de Imprensa (Lei n.5.250, de 9-2-1967), o referido critério continua a ser utilizado, como útil e razoável. Em casos mais graves, entretanto, como os de homicídio, e considerando-se as condições sociais e econômicas do ofendido e do ofensor, pode-se duplicar ou triplicar o teto. Mesmo porque o art. 52 da Lei de Imprensa, que é posterior ao Código Brasileiro de Telecomunicações, permite o arbitramento do dano moral em até duzentos salários mínimos, sendo matéria de ponderação também os dispositivos dos arts. 4º e 5º da Lei de Introdução ao Código Civil (cf. RT 698:104). Se para ofensa à honra o limite é de duzentos salários mínimos, para ofensas mais graves podem-se fixar valores mais elevados” (Carlos Roberto Gonçalves, Responsabilidade Civil, página 413)

Em razão da gravidade do caso, em que ocorreu a morte da vítima, fixa-se a indenização por danos morais em valor equivalente a 300 salários mínimos. Trata-se de valor suficiente para amenizar a dor suportada pela viúva e pelos filhos do falecido, fazendo com que os requeridos reflitam acerca do ocorrido, sem, contudo, gerar enriquecimento ilícito.

Como houve alteração da decisão de primeiro grau e o acolhimento dos pedidos, com sucumbência mínima (em relação aos valores pleiteados), inverte-se o ônus da sucumbência, devendo os autores suportar as custas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

e despesas do processo, e pagar os honorários advocatícios.

Dessarte dá-se provimento ao recurso.

JOSÉ LUIZ GAVIÃO DE ALMEIDA

RELATOR
ASSINATURA ELETRÔNICA